UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM

PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO BIÊNIO 2022 E 2023 EM INSTITUTO DE REFERÊNCIA EM MANAUS

Pesquisador: Lucas Emanuel Portela Gondim

Orientadora: Prof. Dra. Cheila Maria Lins Bentes

MANAUS – AM
2025

LUCAS EMANUEL PORTELA GONDIM

PREVALÊNCIA DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO BIÊNIO 2022 E 2023 EM INSTITUTO DE REFERÊNCIA EM MANAUS

Artigo científico apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II da Graduação de Enfermagem, da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (ESA/UEA), como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof. Dra. Cheila Maria Lins Bentes

MANAUS – AM

2025

UEA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Banca Examinadora de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II) do (a) aluno (a): Lucas Emanuel Portela Gondim,

intitulado: "Prevalência de violência infantil no biênio 2022 e 2023 em Instituto de referência em Manaus".

constituída pelos professores:

(Orientador): Cheila Mª Lins Bentes,

(Examinador): Caine Rozânia da Silva Souza,

(Examinador): Aldalice

reunida na sala Sukanos da ESA/UEA, no dia 10/11/2025, às 15:30 horas,

para avaliar a Defesa em pauta, de acordo com as normas estabelecidas pelo regulamento de TCC desta Universidade, considerou que o referido trabalho:

( ) **Foi aprovado sem alterações**[1]

(X) **Foi aprovado com alterações**[2]

( ) **Deve ser reapresentado**[3]

( ) **Foi reprovado**[4]

Manaus, 10 de novembro de 2025.

1. Cheila Mª Lins Bentes
2. Cássia Silva
3. Aldalice Aquino de Souza

[1] **Aprovado sem alterações (Média da AP1 e AP2 ≥ 8,0):** trabalho não precisa sofrer nenhuma alteração.

[2] **Aprovado com alterações (Média da AP1 e AP2 ≥ 8,0):** trabalho precisa incluir as correções indicadas pela Banca Examinadora.

[3] **Reapresentado (Média da AP1 e AP2 ≥ 4,0 e < 8,0):** trabalho não alcançou nota suficiente para aprovação direta e deverá ser reformulado conforme sugestões da Banca Examinadora, sendo submetido a uma nova avaliação, conforme

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

G637p Gondim, Lucas Emanuel Portela

Prevalência da violência infantil no biênio 2022 e 2023 em instituto de referência em Manaus / Lucas Emanuel Portela Gondim. Manaus : [s.n], 2025.

16 f.: color.; 21.0 cm.

TCC - Graduação em Enfermagem - Bacharelado- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

Orientador: Cheila Maria Lins Bentes.

1. Maus-tratos infantis. 2. Serviços de proteção infantil. 3. Assistência integral à saúde da criança. 4. Direitos da criança e do adolescente. I. Cheila Maria Lins Bentes (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título

CDU(1997)616-083

RESUMO

A violência infantil configura-se como um importante problema de saúde pública e social, capaz de provocar danos físicos, psicológicos, sexuais e emocionais, interferindo diretamente no desenvolvimento saudável das crianças. Em Manaus, essa problemática se mostra ainda mais evidente, considerando desafios regionais, geográficos e estruturais que impactam diretamente o funcionamento das políticas públicas de prevenção e proteção, tornando essencial o aprofundamento de pesquisas nessa área. Objetivo: Analisar a prevalência da violência infantil em Manaus no período de 2022 e 2023. Método: Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, observacional, analítica e transversal. Resultados: Nesse contexto, o presente estudo analisou prontuários do Instituto de Medicina Legal do Amazonas (IML), referentes a crianças de 0 a 12 anos vítimas de violência física ou sexual no biênio de 2022 e 2023, considerando variáveis como idade, sexo, tipo de violência e período da ocorrência. Foram identificados 1.944 registros nos anos de 2022 e 2023, com predominância do sexo feminino e maior frequência de casos de prática libidinosa, evidenciando maior prevalência de violência sexual contra meninas. Entretanto, observou-se também aumento proporcional de casos entre meninos, sugerindo maior visibilidade e reconhecimento dessa forma de violência nesse grupo. Esses achados reforçam a necessidade de qualificação de profissionais de saúde, educação e segurança para detecção precoce, registro adequado e encaminhamento intersetorial. Conclusão: Portanto, os resultados deste estudo contribuem para compreensão do cenário atual da violência infantil em Manaus e podem subsidiar ações preventivas, fortalecimento das redes de proteção e desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes voltadas à defesa dos direitos das crianças.

Palavras-chave: Maus-Tratos Infantis; Serviços de Proteção Infantil; Assistência Integral à Saúde da Criança.; Direitos da criança e do adolescente.

ABSTRACT

Child violence is an important public health and social problem, capable of causing physical, psychological, sexual, and emotional harm, directly affecting the healthy development of children. In Manaus, this issue is even more evident due to regional, geographical, and structural challenges that directly impact the effectiveness of public prevention and protection policies, making further research in this area essential. Objective: To analyze the prevalence of child violence in Manaus during the years 2022 and 2023. Method: This is a quantitative, observational, analytical, and cross-sectional study. Results: The study analyzed records from the Amazonas Institute of Forensic Medicine (IML) concerning children aged 0 to 12 years who were victims of physical or sexual violence during the biennium of 2022 and 2023, considering variables such as age, sex, type of violence, and period of occurrence. A total of 1,944 records were identified during the study period, with a predominance of female victims and a higher frequency of cases involving indecent acts, highlighting the greater prevalence of sexual violence against girls. However, a proportional increase in cases involving boys was also observed, suggesting greater visibility and recognition of this form of violence within this group. These findings reinforce the need for the qualification of health, education, and public safety professionals to ensure early detection, proper reporting, and intersectoral referral. Conclusion: Therefore, the results of this study contribute to a better understanding of the current scenario of child violence in Manaus and may support preventive actions, strengthen protection networks, and promote the development of more effective public policies aimed at safeguarding children's rights.

Keywords: Child Abuse; Child Protective Services; Comprehensive Child Health Care; Children's and Adolescents' Rights.

INTRODUÇÃO

A violência infantil é definida pela Organização Mundial da Saúde como todo ato ou omissão capaz de causar dano físico, psicológico, sexual ou negligência que comprometa a saúde, o desenvolvimento ou a dignidade da criança (1). Trata-se de um fenômeno multifacetado que se expressa em diferentes contextos familiares, comunitários e institucionais, configurando-se como um grave problema de saúde pública e de violação de direitos.

Entre os principais tipos de violência infantil, destacam-se a violência física, caracterizada pelo uso intencional da força que resulta ou pode resultar em lesão; a violência psicológica, que envolve agressões verbais, humilhações, rejeição ou isolamento; a violência sexual, que inclui desde o abuso até a exploração sexual; e a negligência, entendida como a omissão do cuidado necessário à sobrevivência e ao desenvolvimento da criança (2).

A violência infantil constitui-se como um problema social e de saúde pública de grande magnitude, presente em diferentes culturas, contextos econômicos e históricos. Trata-se de um fenômeno que impacta diretamente o desenvolvimento físico, psicológico, social e educacional das crianças, comprometendo seu bem-estar presente e futuro. (3)

O período de 2020 a 2023 foi marcado pela pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos sociais, econômicos e sanitários, que acentuaram desigualdades já existentes. O isolamento social, a perda de vínculos comunitários e escolares, a redução no acesso a serviços de proteção e a sobrecarga das famílias criaram condições propícias para o aumento dos casos de violência infantil, ao mesmo tempo em que dificultaram sua identificação e notificação. (4).

Estudos nacionais indicam que a violência contra crianças no Brasil está intimamente ligada às condições de vulnerabilidade social. De acordo com o Ministério da Saúde, notificações de violência infantil são mais frequentes em famílias que

enfrentam pobreza, desemprego, baixa escolaridade e consumo de substâncias psicoativas, condições que sobrecarregam o ambiente familiar e aumentam os fatores de risco (5).

A violência infantil na cidade de Manaus apresenta números alarmantes que refletem um grave problema de saúde pública e direitos humanos. Entre os anos de 2009 e 2016, foram notificados 10.333 casos de violência contra crianças e adolescentes, segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Desses casos, 69,3% das vítimas eram do sexo feminino, o que aponta uma vulnerabilidade maior entre meninas. Os principais agressores identificados foram pessoas próximas às vítimas: 43% dos registros, o agressor era o pai ou padrasto, enquanto entre adolescentes, 24,9% dos casos foram cometidos por amigos ou conhecidos. O tipo de violência mais prevalente foi a sexual, um dado que difere de outras regiões do Brasil, onde a violência física e a negligência costumam predominar (6).

Pesquisas também apontam a escola como um espaço estratégico para a identificação precoce de situações de violência, uma vez que professores e profissionais da educação conseguem observar mudanças no comportamento, no desempenho escolar e nos sinais físicos apresentados pelas crianças. Entretanto, durante a pandemia, a suspensão das aulas presenciais reduziu essa capacidade de monitoramento, deixando crianças em maior situação de invisibilidade (7).

No estudo realizado por MINAVO, o autor, ressalta que a violência infantil deve ser compreendida em uma perspectiva intersetorial, envolvendo áreas como saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, o que reforça a necessidade de uma rede de proteção eficaz, capaz de responder de maneira articulada às múltiplas dimensões do fenômeno (8).

Ademais, experiências de violência na infância estão fortemente associadas a prejuízos no desempenho educacional. Uma meta-análise global demonstrou que crianças que sofreram abusos físicos, sexuais ou negligência apresentam maiores taxas de evasão escolar, menor frequência às aulas, dificuldades de aprendizagem e piores notas em avaliações escolares. Esses prejuízos educacionais se sobrepõem a aspectos descritos por Piaget nos estágios operatório concreto e formal, nos quais a criança e o adolescente deveriam estar desenvolvendo a capacidade de raciocínio lógico, resolução de problemas e pensamento abstrato. A violência, portanto, atua como um fator de risco que impede o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas previstas para cada fase de desenvolvimento da criança (9,10).

No contexto amazônico, a literatura evidencia ainda desafios adicionais, como a dificuldade de acesso geográfico a serviços de proteção, a precariedade estrutural de políticas públicas e a carência de estudos regionais. Investigar a prevalência da violência infantil em Manaus entre 2022 e 2023 se torna fundamental para compreender como tais fatores influenciaram a dinâmica da violência e quais medidas podem ser implementadas para mitigá-la (11,12).

Este estudo apresenta relevância científica e social ao contribuir para a compreensão do cenário da violência infantil em Manaus, oferecendo dados que podem subsidiar ações de prevenção e fortalecimento da rede de proteção. Além disso, ao trazer evidências quantitativas sobre a prevalência de casos no período mencionado, a pesquisa busca fomentar o debate acadêmico e orientar políticas públicas voltadas à proteção da infância, promovendo maior visibilidade a um problema historicamente invisibilizado na região (13,14).

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar a prevalência da violência infantil em Manaus no período de 2022 e 2023, com ênfase na violência física e sexual,

a fim de subsidiar estratégias de enfrentamento e de fortalecimento das políticas públicas de saúde e de proteção à criança na capital Amazonense.

METODOLOGIA

Tipo de estudo: Trata-se de um estudo descritivo, analítico e transversal, realizado a partir da análise dos protocolos de cadastro da criança vitimada na cidade de Manaus.

Local: O estudo foi conduzido no Instituto de Medicina Legal do Estado do Amazonas (IML), localizado na Avenida Noel Nutels, nº 300, bairro Cidade Nova, CEP 69090-000, Manaus – AM. O Instituto Médico Legal (IML) de Manaus é um órgão vinculado ao Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas (DPTC), responsável pela realização de perícias médico-legais em situações relacionadas a mortes violentas ou suspeitas, crimes contra a integridade física, violência sexual e outros casos que necessitam de exame técnico especializado. Sua atuação é fundamental para o sistema de justiça criminal, contribuindo para investigações conduzidas pela Polícia Civil, Ministério Público e Poder Judiciário.

População: O estudo será composto por crianças entre 0 e 12 anos de idade que foram vítimas de violência física ou sexual, e a amostra foi definida após o levantamento dos prontuários obtidos na instituição. Incluídos no estudo os prontuários de crianças de 0 a 12 anos, registrados no período de 01 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2023, que indiquem casos de violência física ou sexual. Para exclusão consideramos, prontuários incompletos, com falta de informações sobre a vítima, em más condições físicas ou mal preservados, que impeçam a avaliação adequada.

Variáveis do Estudo: o sexo, data da ocorrência (mês e ano) e tipo de exame realizado, podendo ser lesão física ou prática libidinosa criminosa.

Instrumento de Coleta de Dados: A coleta de dados foi realizada entre os meses de dezembro de 2024 e abril de 2025, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e assinatura do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD – Anexo I) pelos pesquisadores, garantindo a confiabilidade e o anonimato das crianças cujos prontuários serão analisados.

Coleta de Dados: Os dados foram obtidos por meio da análise dos prontuários de exames do IML, disponibilizados de forma online em planilhas do Excel, contendo as variáveis da pesquisa.

Análise de Dados: A análise estatística foi feita através do programa Microsoft Excel, e os gráficos de prevalência foram elaborados no Microsoft Word.

Tratamento e Análise dos Dados: Os dados foram avaliados considerando o sexo, mês da ocorrência, tipo de violência sofrida e exame realizado. As informações obtidas foram apresentadas em tabelas e gráficos, e os resultados discutidos após a organização e interpretação dos dados.

Considerações Éticas: O estudo foi conduzido de acordo com as diretrizes éticas nacionais e internacionais e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (ESA-UEA), conforme parecer anexado e **CAAE:** 88425925.0.0000.5016. Além disso, os pesquisadores assinaram o Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) para assegurar a confiabilidade das informações e o anonimato das crianças vítimas de violência.

RESULTADOS

Foram analisados 1.944 casos de violência infantil notificados em Manaus no Instituto de Medicina Legal do Amazonas (IML-AM), sendo em 2022 (n=939) e 2023 (n=1005), envolvendo vítimas de ambos os sexos e categorizados segundo os dois tipos

de violência — lesão corporal (LC) e prática libidinosa (PL). **(Tabela 1)**

Observou-se predomínio de casos no sexo feminino em ambos os anos estudados. Em 2022, as notificações femininas representaram 75% (n=708) do total, sendo 14% (n=131) referentes a lesão corporal e 61% (n=577) a prática libidinosa. Já em 2023, houve leve aumento absoluto das notificações femininas (n=716; 71%), com 12% (n=118) de lesão corporal e 63% (n=598) de prática libidinosa. Entre os meninos, verificou-se comportamento distinto: em 2022, representaram 25% (n=231) das notificações, com 15% (n=136) relacionadas a lesão corporal e 10% (n=95) a prática libidinosa. Em 2023, os registros masculinos corresponderam a 28% (n=289) dos casos, com 14% (n=145) para lesão corporal e 14% (n=144) para prática libidinosa.

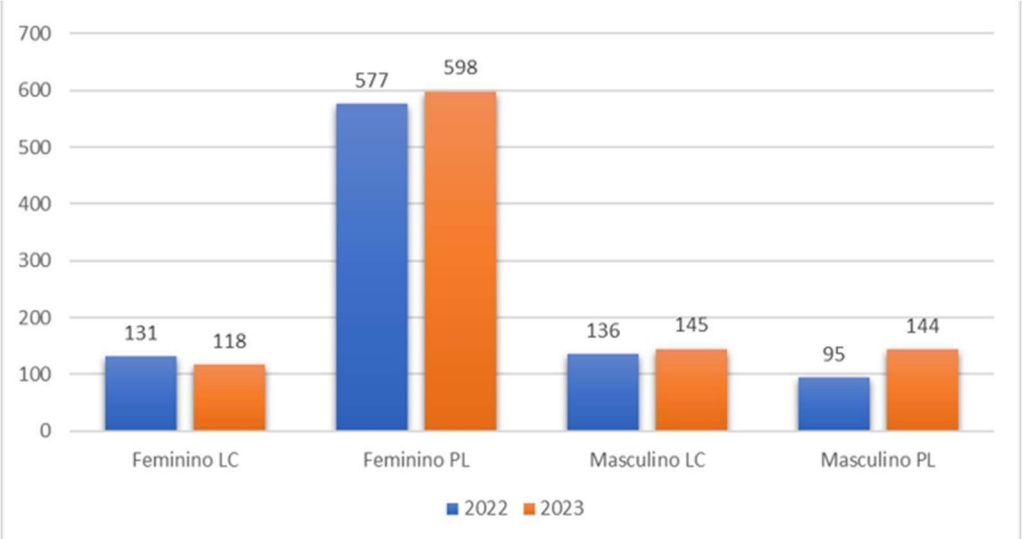
De modo geral, nota-se que maior predominância e aumento de casos com o passar do biênio em crianças do sexo feminino e aumento proporcional dos casos de prática libidinosa entre ambos os sexos, sobretudo no ano de 2023.

Tabela 1 – Distribuição dos casos de violência infantil segundo sexo, tipo de violência e ano de notificação. Manaus, 2022–2023.

Sexo / Tipo de Violência	2022 (N)	2022 (%)	2023 (N)	2023 (%)
Feminino – Lesão corporal (LC)	131	14	118	12
Feminino – Prática libidinosa (PL)	577	61	598	63
Masculino – Lesão corporal (LC)	136	15	145	14
Masculino – Prática libidinosa (PL)	95	10	144	14
Total	**939**	**100**	**1.005**	**100**

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Gráfico 1 – Distribuição dos casos de violência infantil segundo sexo, tipo de violência e ano de notificação. Manaus, 2022–2023.



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

DISCUSSÃO

Os dados desta pesquisa evidenciam predominância de notificações de violências de cunho sexual — aqui categorizadas como prática libidinosa (n = 1414) — entre vítimas do sexo feminino (n = 1.175), resultado consistente com evidências nacionais que apontam maior vulnerabilidade de meninas à violência sexual infantil. Alguns estudos brasileiros recentes têm demonstrado maior registro de vitimização feminina nas regiões Norte e Nordeste, com tendência de crescimento de 2021 a 2023, achado que converge com o comportamento observado na capital Amazônica. (15–16)

Ademais, o incremento detectado entre 2022 e 2023 pode refletir tanto incremento real da incidência quanto melhoria na visibilidade institucional do fenômeno, uma vez que avanços nas rotinas de notificação, vigilância epidemiológica e interface saúde–segurança impactam diretamente a ascensão dos registros oficiais. A interpretação do aumento deve ser cautelosa, especialmente em territórios amazônicos, onde a

incompletude de fichas e a subnotificação são obstáculos relatados de forma recorrente pela literatura. (17–18)

Observou-se aumento proporcional da prática libidinosa entre meninos, o que pode estar relacionado à maior sensibilização profissional, maior reconhecimento do abuso sexual em vítimas masculinas ou ainda modificações internas no fluxo de registro. Evidências brasileiras recentes alertam que a violência sexual contra meninos é historicamente subestimada e invisibilizada, por carga cultural, estigmas de gênero e percepção social inadequada sobre vulnerabilidade masculina infantil, o que reforça a relevância desse achado. (19–20)

Paralelamente, autores nacionais ressaltam que a violência sexual infantil possui caráter cumulativo, podendo gerar impactos afetivos, cognitivos e comportamentais que se prolongam ao longo da vida adulta. A literatura evidencia que muitas vítimas apresentam histórico prévio de violações antes da primeira notificação oficial, o que reforça que a notificação, muitas vezes, não marca o início da violência, mas apenas seu reconhecimento pelo sistema. Portanto, na realidade amazônica, a distância geográfica, a demora no acesso e a fragmentação da rede podem prolongar ainda mais esse tempo entre ocorrência e detecção. (15–20)

Nesse mesmo eixo interpretativo, o período pós-pandêmico trouxe retomada de rotinas institucionais — principalmente escolas e serviços territoriais — o que ampliou novamente o potencial de detecção e denúncia. Assim, parte das variações entre 2022 e 2023 podem ter sido influenciadas pelo retorno dos espaços coletivos, que tradicionalmente funcionam como filtros sensíveis para o reconhecimento de sinais e sintomas de violência infantil. (21–24)

Do ponto de vista das políticas públicas, convém destacar que a aplicação concreta do que preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) e os protocolos de violência requerem aprimoramento de fluxos, padronização de instrumentos e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em capitais amazônicas. Estudos demonstram que a capacitação de profissionais melhora o preenchimento das notificações, eleva o número de registros válidos e contribui para a responsabilização institucional do fenômeno. Logo, o aprimoramento contínuo da vigilância é a medida central para transpor o subdiagnóstico e reduzir invisibilidade do agravo. (25–27)

Sob a perspectiva da enfermagem, destaca-se que o enfermeiro é profissional estratégico para o reconhecimento precoce de sinais subjetivos, comportamentais e clínicos de violência sexual infantil. Portanto, investir em formação permanente, sensibilização e uso de protocolos padronizados fortalece a capacidade sentinela desses profissionais, favorece o acolhimento, estimula o fluxo de responsabilização e potencializa a ruptura dos ciclos abusivos. Nesse sentido, o presente estudo contribui com dados que alertam a necessidade para tomada de decisão, formulação de políticas e planejamento de estratégias locais baseadas em evidências para a detecção de sinais de violência e garantia dos direitos das crianças. (28–29)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que a violência infantil em Manaus permanece como um grave problema de saúde pública, com predominância de violência sexual contra crianças do sexo feminino, embora também tenha sido observada tendência de aumento nos registros envolvendo meninos. O elevado número de notificações analisadas demonstra não apenas a persistência do fenômeno, mas também a necessidade

de ampliar estratégias de identificação, acolhimento e proteção às vítimas, considerando as especificidades socioculturais e territoriais do contexto amazônico.

Por outro lado, os achados reforçam a importância da atuação articulada entre diferentes setores, como saúde, educação, segurança pública e assistência social, para o enfrentamento efetivo da violência contra crianças. Para isso, a qualificação contínua dos profissionais envolvidos, especialmente no que se refere à detecção precoce, ao correto preenchimento das notificações e à condução adequada dos casos, torna-se um elemento indispensável para reduzir a subnotificação e fortalecer a rede de proteção à criança.

Portanto, os dados analisados contribuem para subsidiar políticas públicas com foco em prevenção e em ações de cuidado integral às vítimas, possibilitando maior visibilidade à problemática, que historicamente é silenciada na região Norte. Este estudo não apenas amplia o conhecimento científico sobre a prevalência da violência infantil em Manaus no período analisado, como também aponta para a urgência de intervenções estruturadas e permanentes, capazes de minimizar danos e promover a proteção efetiva dos direitos das crianças.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization (WHO). Report of the consultation on child abuse prevention. Geneva: WHO; 2020.

2. Brasil. Ministério da Saúde. Viva: Vigilância de Violências e Acidentes. Brasília: MS; 2022.

3. Silva LMP, Oliveira RM. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio para a saúde pública. Rev Bras Promoç Saúde. 2020;33(1):1–10.

4. United Nations Children's Fund (UNICEF). COVID-19 and children: Violence, exploitation and abuse. New York: UNICEF; 2021.

5. Brasil. Ministério da Saúde. Viva: Vigilância de Violências e Acidentes. Brasília: MS; 2022.

6 Oliveira NF, Moraes CL, Junger WL, Reichenheim ME. Violência contra crianças e adolescentes em Manaus, Amazonas: estudo descritivo dos casos e análise da completude das fichas de notificação, 2009-2016. *Epidemiol Serv Saude*. 2020;29(1):e2018438. Disponível em: https://scielosp.org/article/ress/2020.v29n1/e2018438/

7. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A resposta da educação à COVID-19. Paris: UNESCO; 2021.

8. Minayo MCS. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2019.

9. Piaget J. A psicologia da criança. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998.

10. Fry D, Fang X, Elliott S, Casey T, Zheng X, Li J, et al. The relationships between violence in childhood and educational outcomes: A global systematic review and meta-analysis. *Child Abuse Negl*. 2018;75:6-28. doi:10.1016/j.chiabu.2017.06.021.

11. Gomes R, Conceição AF, Coelho EAC. Violência contra crianças na Amazônia: desafios para políticas públicas. Saúde Soc. 2020;29(2):1–12.

13. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R. World report on violence and health. Geneva: WHO; 2002.

14. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal; 2020.

15. Xavier BS, Oliveira MLL, Leite TH, Fonseca RMGS. Notificações de violência sexual contra meninas no Brasil: análise temporal e espacial, 2010-2021. Rev Bras Epidemiol. 2023;26:e230008. doi:10.1590/1980-549720230008

16. Barbosa RHS, Carvalho FRS. Vulnerabilidade de meninas à violência sexual: determinantes de gênero e desigualdade na infância. Interface (Botucatu). 2022;26:e210708. doi:10.1590/interface.210708

17. Lima FT, Ribeiro KF, Alcântara IC. Subnotificação de violência contra crianças no SINAN: desafios para a vigilância. Rev Panam Salud Publica. 2022;46:e61. doi:10.26633/RPSP.2022.61

18. Correia DS, Brito AM, Gomes NP. Fatores associados à incompletude de fichas de notificação de violência contra crianças no Brasil. Rev Saude Publica. 2021;55:104. doi:10.11606/s1518-8787.2021055003250

19. Machado CJS, Peres F, Souza E. Invisibilidade de meninos vítimas de abuso sexual: análise crítica da produção científica nacional. Cad Saude Publica. 2023;39(1):e00215222. doi:10.1590/0102-311xpt215222

20. Rocha TBL, Almeida ASA, Santos F. Vitimização sexual masculina na infância: revisão integrativa. Rev Bras Enferm. 2023;76(2):e20220118. doi:10.1590/0034-7167-2022-0118

21. Cordeiro R, Assis SG, Souza ER. Impactos pós-pandemia nas notificações de violência sexual infantil no Brasil. Cienc Saude Colet. 2024;29(3):765–774. doi:10.1590/1413-81232024293.04162023

22. Lima MCS, Monteiro DLM, Figueiredo MC. Violência em crianças na pandemia e pós-pandemia no Norte do Brasil: análise de série temporal. Rev Pan-Amaz Saude. 2023;14:e20230002. doi:10.5123/s2176-622320230002

23. Fonseca RMGS, Egry EY. Violência infantil e determinantes sociais na Amazônia urbana. Rev Esc Enferm USP. 2022;56:e20220077. doi:10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0077

24. Souza RPS, Mota RS, Matos FGD. Tendências recentes da violência sexual contra crianças na Região Norte do Brasil. Acta Amazon. 2023;53:1–9. doi:10.1590/1809-4392202201542

25. Santos JV, Gomes NP, Oliveira EN. Capacitação de profissionais da Atenção Primária em violência sexual infantil: efeitos na notificação. Rev Enferm UERJ. 2022;30:e66210. doi:10.12957/reuerj.2022.66210

26. Albuquerque GA, Diniz D, Martins AC. Vigilância epidemiológica em violência: desafios e recomendações para políticas públicas. Saude Debate. 2021;45(130):120–134. doi:10.1590/0103-11042021e13007

27. Silva CTS, Silva RM, Lima MEO. Qualificação de fluxos e protocolos na rede intersetorial: impacto na detecção da violência infantil. Rev Bras Promoc Saude. 2023;36:e231105. doi:10.5020/18061230.2023.231105

28. Rodrigues JN, Freitas AS, Borges CMR. Enfermagem como sentinela na detecção do abuso sexual infantil: práticas e desafios. Rev Bras Enferm. 2022;75(5):e20210442. doi:10.1590/0034-7167-2021-0442

29. Diniz AS, Lacerda MR, Davim RMC. Manejo de violência sexual infantil na atenção à saúde: perspectivas para a enfermagem brasileira. Rev Eletr Enferm. 2023;25:e79952. doi:10.5216/ree.v25.79952